

DESPACHO/SP/169/2016

Aprovo as alterações aos Artigos 1.º, 4.º, 16.º, 18.º, 22.º e 26.º do Regulamento do Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, homologado por meu despacho de 27.05.2013, que passam a ter a seguinte redação:

1º - No art. 1º é atualizada a referência e a identificação dos despachos que aprovaram e alteraram o Regulamento de Mestrados do Instituto Politécnico de Coimbra, o qual passa a ter a seguinte redação:

Artigo 1.º

Enquadramento jurídico

Considerando que, nos termos do artigo 23.º-A do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra —Despacho n.º 19151/2008 de 17 de Julho, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º137, alterado pelo Despacho n.º 7994/2011 de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 107, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 11574/2012 de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 165, pelo Despacho nº 2032/2014 de 7 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 27, e pelo Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio, publicado no Diário da República 2ª Série, nº 102 — as Unidades Orgânicas devem adotar um regulamento para cada curso de mestrado aprovado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, o presente regulamento visa estabelecer as normas relativas ao Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, cujo plano de estudos se encontra publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 230, Despacho n.º 16289/2011, de 15 de novembro, de 30 de novembro e com Declaração de Rectificação n.º 234/2012, de 16 de fevereiro.

2º - O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 4.º

Estrutura do ciclo de estudos

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre integra:

a) Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado, a que corresponde 60 créditos.

b) Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde 35 créditos.

3º - O art. 16º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 16.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - Até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado final na Secretaria Virtual da ESEC e efetuado o contacto prévio com o docente, caso se verifique discordância em relação à classificação obtida, o aluno poderá interpor recurso devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da U.O.

- a. Excetuam-se do ponto anterior, as classificações obtidas através de provas orais e das unidades curriculares de Projeto/Estágio/Seminário ou todas as que resultem da apreciação de um júri.
- b. O aluno poderá, nesse momento, solicitar cópia certificada da prova, do enunciado e dos critérios de correção, exclusivamente para a fundamentação de pedido de revisão de nota, não podendo fazer uso dessa cópia para outros fins. A obtenção destas cópias certificada está sujeita a emolumento próprio definido na Tabela de Emolumentos do IPC em vigor. O Docente responsável pela Unidade curricular dispõe de 2 (dois) dias úteis para entrega destes documentos no Serviço de Gestão Académica.

4 - O requerimento deve dar entrada no Serviço de Gestão Académica, nos 2 (dois) dias seguintes à obtenção das cópias certificadas.

- a. O pedido de reapreciação/revisão deve indicar as respostas onde o aluno considera que a classificação é inferior ao que entende ter sido a sua prestação e relativamente aos quais solicita reapreciação/revisão, fundamentando o seu pedido.

5 - Sobre este pedido de recurso incide uma taxa a aplicar nos termos da Tabela de Emolumentos.

6 - O Serviço de Gestão Académica remete o pedido ao presente da U.O. que nomeia, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o júri de reapreciação da revisão.

- a. Este é, obrigatoriamente, constituído por: 1- Presidente da Comissão Pedagógica do Departamento onde se integra o curso frequentado pelo aluno, que preside; 2- um docente da mesma área científica da U.C. cuja classificação é objeto de reapreciação/revisão, de categoria igual ou superior à do docente responsável pela U.C em causa. Caso o Presidente da Comissão Pedagógica do Departamento seja o docente cuja classificação é objeto de pedido de reapreciação/revisão ou caso não exista outro docente na área científica com os requisitos atrás descritos, cabe ao Presidente da U.O. nomear o júri, ouvido o Presidente do CTC e do CP da U.O.
- b. Quando necessário, pode ser designado um docente externo à instituição para integrar o júri de reapreciação/revisão.

7 - O júri nomeado dispõe de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar sobre o pedido de reapreciação/revisão.

- a. O júri analisará o pedido tendo por base os fundamentos apresentados pelo aluno e ouvido o docente da Unidade Curricular.

- b. O júri elabora para o efeito um relatório fundamentado sobre a decisão tomada no prazo descrito no ponto 7, que remete ao Presidente da U.O.
- 8 - O Presidente da U.O. providenciará as diligências necessárias para eventual correção da classificação.
- a. Deverá ser dado conhecimento ao docente e ao Serviço de Gestão Académica, que por sua vez, informará o aluno.
- 9 - Até à resposta ao pedido de reapreciação/revisão, o aluno deverá agir, relativamente a épocas de avaliação subsequentes, como se o pedido de reapreciação/revisão, não existisse. Se o resultado do pedido só for conhecido após conhecimento de classificações subsequentes prevalece a classificação mais elevada.
- 10 - São liminarmente rejeitados os pedidos de reapreciação/revisão não fundamentados nos termos indicados no ponto 4.1 do presente artigo ou entregues fora dos prazos estipulados.
- a. Só é possível fazer um pedido de reapreciação/revisão relativo a cada uma das provas realizadas.
- 11 - Revogado
- 12 - Revogado
- 13 - Revogado

4º - O art. 18º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 18.º

Definição

1 - De acordo com a alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 107/2008 de 25 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, o ciclo de estudos integra uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde um mínimo de 30 créditos.

2 — [...]

3 — [...]

5º - O art. 22º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 22.º

Tramitação do processo

1 — O requerimento para a realização das provas, dirigido ao Presidente da ESEC, deve ser acompanhado de:

- a) 4 exemplares do trabalho final (versão provisória) em papel;

b) 1 exemplar do trabalho final (versão provisória) em suporte digital;

c) [...]

d) Declaração de disponibilização do trabalho final.

2 — Após a nomeação do júri, este tem até 20 dias seguidos para decidir sobre a aceitação, reformulação ou rejeição do trabalho final (versão provisória).

3 — Até 30 dias seguidos após a comunicação ao candidato, pelo Presidente da ESEC, da decisão referida no ponto anterior, aquele entrega a versão definitiva, se não tiver havido rejeição. O candidato deverá ainda proceder ao auto depósito da versão definitiva (cópia digital) no repositório institucional do IPC, alojado no Repositório Comum do RCAAP (rcaap.ipc.pt), integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto.

4 — Na formatação final do trabalho final devem ser atendidas normas disponíveis na página *web* do Gabinete de Mestrados.

6º - O art. 26º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 26.º

[...]

1 — [...]

2 — [...]

3 — O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

4 — [...]

O Regulamento do Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade passa a ter a redação que consta em anexo ao presente despacho.

Coimbra, 1 de julho de 2016

O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Paulo Sanches, substituto legal do Presidente,



ANEXO

MESTRADO EM TURISMO DE INTERIOR - EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Enquadramento jurídico

Considerando que, nos termos do artigo 23.º-A do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 19151/2008 de 17 de Julho, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 137, alterado pelo Despacho n.º 7994/2011 de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 107, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 11574/2012 de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 165, pelo Despacho n.º 2032/2014 de 7 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 27, e pelo Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio, publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 102 — as Unidades Orgânicas devem adotar um regulamento para cada curso de mestrado aprovado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, o presente regulamento visa estabelecer as normas relativas ao Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade, cujo plano de estudos se encontra publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 230, Despacho n.º 16289/2011, de 15 de novembro, de 30 de novembro e com Declaração de Rectificação n.º 234/2012, de 16 de fevereiro.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento aplica-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Turismo de Interior, doravante designado por ciclo de estudos, ministrado na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e nele se estabelecem as linhas gerais a que este curso deve obedecer.

CAPÍTULO II

Estrutura e acesso ao ciclo de estudos

Artigo 3.º

Natureza e organização do ciclo de estudos

1 — O ciclo de estudos da área científica de Turismo e Lazer, com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) de 812 (principal), assegura, predominantemente, a aquisição, pelo estudante, de uma especialização de natureza profissional.

2- O ciclo de estudos conferente do grau de mestre é organizado de acordo com o sistema de créditos, correspondendo a um total de 95 créditos. Este ciclo de estudos integra um curso de especialização, constituído por um conjunto de unidades curriculares, num total de 60 ECTS.

3- O plano de estudos, constante do Anexo I ao presente Regulamento, está organizado de acordo com o regime semestral, correspondendo a 3 semestres curriculares de trabalho dos estudantes.

Artigo 4.º

Estrutura do ciclo de estudos

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre integra:

- a) Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado, a que corresponde 60 créditos.
- b) Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde 35 créditos.

Artigo 5.º

Acesso ao ciclo de estudos

1 — Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, conferido por instituição de ensino superior nacional nas áreas de Turismo e/ou Hotelaria, Gestão, Geografia ou em áreas afins;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo, nas áreas de Turismo e/ou Hotelaria, Gestão, Geografia ou em áreas afins;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido, pelo conselho técnico-científico da ESEC, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado, nas áreas acima referenciadas;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido, pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

2 — O reconhecimento a que se referem as alíneas b), c) e d) do n.º 1 tem apenas como efeito o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, não conferindo ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

Artigo 6.º

Reingresso

1 — Podem requerer reingresso os estudantes que tenham estado inscritos em anteriores edições do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Turismo de Interior.

2 — O reingresso em nova edição do mesmo curso de mestrado faz-se com a apresentação de nova candidatura e com ocupação de vaga especificamente fixada para o efeito, isenta do pagamento de taxa de candidatura.

3 — No caso de não terem sido fixadas vagas específicas para os candidatos que pretendem reingressar, as candidaturas a reingresso no ciclo de estudos serão apreciadas e seriadas juntamente com as restantes candidaturas.

4 — Se as vagas referidas no n.º 2 não forem suficientes para os candidatos que pretendem reingressar, e as vagas para o ingresso na edição do ciclo de estudos, não tiverem sido todas preenchidas, aqueles poderão ocupar estas vagas, até ao seu limite.

CAPÍTULO III

Seleção e seriação

Artigo 7.º

Apresentação de candidaturas

1 — As candidaturas são efetuadas *on-line*, através do endereço <https://secretaria-virtual.esec.pt/cssnet/page> sem prejuízo do disposto no n.º 1 do art. 9º do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra.

2 — No processo de candidatura deve ser anexado:

a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais (no caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respetiva tradução), excetuando as habilitações obtidas na ESEC;

b) Curriculum vitae;

e) Outros elementos solicitados no Edital da respetiva edição do ciclo de estudos.

Artigo 8.º

Seleção, classificação e seriação dos candidatos

1 — A nomeação do júri, bem como a definição de procedimentos e de critérios relativos à seleção, classificação e seriação dos candidatos é efetuada pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

2 — Compete ao júri proceder à seleção, classificação e seriação dos candidatos.

3 — As reclamações relativas aos processos da seleção, classificação e seriação dos candidatos são apreciadas pelo respetivo júri e decididas pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

4 - Os candidatos admitidos a concurso, serão ordenados tendo em consideração a classificação obtida por aplicação da fórmula:

$$C = [1,5 (A + G) + 2 M + CP] / 6$$

em que:

- A e G representam a afinidade e o grau do curso, respetivamente, expressas através de coeficientes no intervalo [0 a 20];
- M é a média final do curso de licenciatura (caso não seja licenciado, M é a média final do curso de bacharelato) expressa na escala inteira [10 a 20];
- CP é a classificação atribuída, na escala [0 a 20], ao currículo profissional;
- C é a classificação final.

Valorização de A para candidatos detentores de diploma de licenciatura em:

- Turismo, Gestão Hoteleira, Marketing Turístico; Gestão Turística: 20 valores;
- Gestão, Gestão e Planeamento, Sociologia (ou equivalentes legais): 16 valores;
- Consultoria e Gestão, Ciências Empresariais (ou equivalentes legais): 14 valores;
- Outras áreas: 10 valores

Valorização de G para candidatos:

- Detentores do grau de Doutoramento: 20 valores;
- Detentores do grau de Mestrado (7 anos letivos): 15 valores;
- Detentores do grau de Mestrado ou Licenciatura (5 anos letivos) e Licenciaturas (4 anos): 14 valores;
- Detentores do grau de Licenciatura (3 anos letivos): 12 valores;

- Outros diplomas: 10 valores.

Valorização de CP para candidatos:

- Na posse de currículo profissional muito relevante a classificação a atribuir ao parâmetro CP é de 4 valores por cada ano de experiência até ao limite de 20 valores;
- Na posse de currículo profissional relevante a classificação a atribuir ao parâmetro CP é de 2 valores por cada ano de experiência até ao limite de 14 valores;
- Na posse de currículo profissional pouco relevante a classificação a atribuir ao parâmetro CP é de 1 valor por cada ano de experiência até ao limite de 8 valores.

Para todas as decisões, entende-se por:

- “Currículo muito relevante”, o exercício de funções nas áreas de Turismo, Gestão Hoteleira, Planeamento & Desenvolvimento em Turismo, Consultoria, Gestão de Destinos Turísticos, Vereação de Turismo e Direção de Serviços de Turismo das Câmaras Municipais, Agências e Operadores Turísticos;
- “Currículo relevante”, o exercício de funções nas áreas de Assessoria de Direção de Serviços de Turismo, Secretariado, Gestão & Marketing, Contabilidade e Vendas/Comercial;
- “Currículo pouco relevante”, o exercício de funções em outras áreas que não as acima identificadas.

5 - Os candidatos admitidos a concurso pela alínea d) do ponto 1 do artigo 5.º são classificados, numa escala de 0 a 20, tendo em consideração a classificação obtida por aplicação da fórmula:

$$C=[4(CE+CP)+2CC]/10$$

Em que:

- CE corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo escolar;
- CC corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo científico;
- CP corresponde à classificação atribuída na escala de 0 a 20 ao currículo profissional.

Valorização de CE:

- Bacharelato nas áreas de Turismo, Gestão Hoteleira, Marketing Turístico ou em áreas afins de Ciências Económicas e Empresariais, Geografia e Planeamento, 20 valores;

- Licenciatura incompleta nas áreas de Turismo, Gestão Hoteleira, Marketing Turístico ou em áreas afins de Ciências Económicas e Empresariais, Geografia e Planeamento com um máximo de 4 unidades curriculares ou 18 ECTS em falta para a conclusão da mesma, 16 valores;
- Licenciatura noutras áreas, 14 valores;
- Bacharelato noutras áreas, 12 valores;
- Habilitações inferiores às anteriormente anunciadas, 6 valores;

Valorização de CC:

- Cinco valores por cada publicação científica nas áreas de Turismo, Gestão Hoteleira, Marketing Turístico ou em áreas afins de Ciências Económicas e Empresariais, Geografia e Planeamento, até ao limite de 20 valores;

Valorização de CP:

- 2 valores (ou 4 valores se corresponder a funções de coordenação/chefia) por cada ano de experiência profissional muito relevante, até ao limite de 20 valores;
- 1 valor (ou 2 valores se corresponder a funções de coordenação/chefia) por cada ano de experiência profissional relevante, até ao limite de 14 valores;
- 0,5 valor (ou 1 valor se corresponder a funções de coordenação/chefia) por cada ano de experiência profissional pouco relevante, até ao limite de 8 valores.

Para todas as decisões, entende-se por:

- “Currículo muito relevante”, o exercício de funções nas áreas de Turismo (Técnico Superior de Turismo), Gestão Hoteleira, Técnico de Hotelaria, Gestor de Destinos e Atividades Turísticas, Marketing Turístico ou em áreas afins de Ciências Económicas e Empresariais, Geografia e Planeamento, “Currículo relevante”, o exercício de funções nas áreas de Secretariado em Turismo, Turismo, Contabilidade e Vendas/Comercial em Empresas Turísticas
- “Currículo pouco relevante”, o exercício de funções em outras áreas que não as acima identificadas.

CAPÍTULO IV

Matrícula e inscrição

Artigo 9.º

Matrículas e inscrições

1 — Os candidatos admitidos devem proceder à matrícula e inscrição nos Serviços de Gestão Académica da ESEC, no prazo e condições fixados no Edital.

2 — Em caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não comparência para realização da mesma, a UO convoca, no prazo de 5 dias úteis após o termo do período de matrícula e inscrição, através de correio eletrónico, os candidatos constantes da lista seriada, pela ordem aí indicada.

3 — Os candidatos a que se refere o número anterior têm um prazo improrrogável de 5 dias úteis, após a receção da notificação, para procederem à matrícula e inscrição.

4 — A decisão de admissão apenas produz efeito para o ano letivo a que se refere o início do curso.

5 — Os alunos inscritos num ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, que o não tenham completado nos prazos legais, poderão fazê-lo no âmbito de edição subsequente do mesmo curso, se existir.

Artigo 10.º

Prorrogação

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os alunos que não concluem no prazo legalmente previsto, a parte do Projeto de Investigação/Estágio, poderão solicitar a prorrogação do mesmo;

2 — A prorrogação deve ser solicitada junto dos Serviços de Gestão Académica até ao último dia definido pelo Diretor de Curso para a entrega do Projeto de Investigação/Estágio final;

3 — A prorrogação pode ser solicitada por períodos de um semestre, podendo no máximo ser solicitada até ao limite do dobro do tempo previsto para a realização do trabalho final;

4 - Cada pedido implica o pagamento da propina correspondente a 25% do valor definido para o ano em que se realiza o trabalho final, na edição que o requerente integra.

Artigo 11.º

Taxas de candidatura, de matrícula e de inscrição

1 — São devidas:

- a) Uma taxa de candidatura;
- b) Uma taxa de matrícula no 1.º ano;
- c) Uma taxa de inscrição nos anos subsequentes;
- d) Propinas;
- e) Propina de prorrogação, se aplicável.

2 — Os valores das taxas de candidatura e de matrícula são publicitados no Edital de cada edição de mestrado.

CAPÍTULO V

Gestão do ciclo de estudos

Artigo 12.º

Órgãos de direção e gestão

1 - O ciclo de estudos é objeto de direção e gestão própria, através do Diretor do Curso.

Artigo 13.º

Diretor do Curso

1 — O Diretor do Curso é eleito pelos docentes do ciclo de estudos de Turismo de Interior de acordo com os Estatutos da ESEC.

2 — Compete ao Diretor do Curso:

- a) Assegurar a gestão corrente do curso;
- b) Promover a coordenação entre unidades curriculares, seminários, estágios e outras atividades do ciclo de estudos;
- c) Incentivar atividades complementares e de intercâmbio com instituições similares do mesmo domínio científico;
- d) Elaborar proposta fundamentada para indigitação, pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, dos professores orientadores de dissertações/trabalhos de projeto/estágios e respetivos relatórios, tendo em conta os pareceres daqueles sobre a viabilidade dos planos de trabalho e a informação sobre a sua disponibilidade;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do ciclo de estudos e propor eventuais correções;
- f) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho Técnico-Científico e pelo Conselho Pedagógico da ESEC.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Artigo 14.º

Regime de avaliação

- 1 – As Unidades Curriculares que integram o plano de estudos são objeto de avaliação.
- 2 – A avaliação é efetuada através da realização de trabalhos práticos ou provas escritas e de acordo com o definido no programa de cada unidade curricular
- 3 – Épocas de avaliação: avaliação de frequência, avaliação por exame, avaliação por exame de recurso

Artigo 15.º

Melhoria de nota

- 1 - O exame para melhoria de classificação destina-se aos alunos que tenham obtido uma classificação superior a 10 valores num dos momentos de avaliação identificados no ponto 3 do Artigo 14.º.
- 2 -A modalidade de prova de melhoria é definida pelo Professor responsável pela unidade curricular, de acordo com o definido no programa da mesma.
- 3 - Nos casos de submissão a exame para melhoria de classificação prevalece a classificação mais elevada que o aluno tenha obtido.
- 4 - O aluno só pode requerer uma melhoria de classificação por unidade curricular.
- 5 - No caso de alunos que tenham concluído o curso, a melhoria de classificação não pode ser requerida depois de solicitada a Carta de Curso ou a Certidão de Registo (Diploma) de conclusão do mesmo.
- 6 - No caso de alunos que tenham concluído o curso e tenham requerido a melhoria de classificação a alguma unidade curricular, só lhe pode ser passada uma certidão discriminativa das unidades curriculares a que obtiveram aproveitamento, sem qualquer menção de conclusão do curso ou da classificação final de curso.
- 7 - Para as unidades curriculares em que o aluno tenha obtido aproveitamento por avaliação de frequência ou em época de avaliação por exame final, a melhoria de classificação deverá ser requerida na época de avaliação por recurso, correspondente a cada um dos semestres do mesmo ano letivo ou do ano letivo imediato.
- 8 - Para as unidades curriculares em que o aluno tenha obtido aproveitamento na época de avaliação por recurso ou na época de avaliação especial, a melhoria de classificação deverá ser requerida na época de avaliação por exame de recurso, do ano letivo imediato, no semestre correspondente.
- 9 - O disposto nos pontos 7 e 8 está sujeito a:

- a. Funcionamento de nova edição do ciclo de estudos no ano imediato

- b. Inexistência de obstáculos à realização de melhoria em anos imediatos por força de acreditação da edição junto de entidades competentes, tais como a CCPFC.

10 - A inscrição em exame melhoria é feita nos prazos indicados no calendário de exames, junto dos Serviços de Gestão Académica, estando sujeita ao pagamento de uma taxa de acordo com a tabela de emolumentos em vigor.

11 - Excetuam-se deste regime de avaliação as unidades curriculares de trabalho final/projeto/estágio que se regem por regulamento próprio.

Artigo 16.º

Recurso das classificações finais

1. As classificações finais são divulgadas ao aluno através da Secretaria Virtual (MyESECweb) no programa informático para o efeito.
2. Os docentes devem zelar pelo cumprimento dos prazos no presente regulamento bem como os que vierem a ser definidos nos calendários de exames de forma a não prejudicar o acesso dos alunos aos diferentes momentos de avaliação bem como ao cumprimento dos prazos para efeito dos pontos seguintes.
3. Até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado final na Secretaria Virtual da ESEC e efetuado o contacto prévio com o docente, caso se verifique discordância em relação à classificação obtida, o aluno poderá interpor recurso devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da U.O.
 - a. Excetuam-se do ponto anterior, as classificações obtidas através de provas orais e das unidades curriculares de Projeto/Estágio/Seminário ou todas as que resultem da apreciação de um júri.
 - b. O aluno poderá, nesse momento, solicitar cópia certificada da prova, do enunciado e dos critérios de correção, exclusivamente para a fundamentação de pedido de revisão de nota, não podendo fazer uso dessa cópia para outros fins. A obtenção destas cópias certificadas está sujeita a emolumento próprio definido na Tabela de Emolumentos do IPC em vigor. O Docente responsável pela Unidade curricular dispõe de 2 (dois) dias úteis para entrega destes documentos no Serviço de Gestão Académica.
4. O requerimento deve dar entrada no Serviço de Gestão Académica, nos 2 (dois) dias seguintes à obtenção das cópias certificadas.
 - a. O pedido de reapreciação/revisão deve indicar as respostas onde o aluno considera que a classificação é inferior ao que entende ter sido a sua prestação e relativamente aos quais solicita reapreciação/revisão, fundamentando o seu pedido.
5. Sobre este pedido de recurso incide uma taxa a aplicar nos termos da Tabela de Emolumentos.
6. O Serviço de Gestão Académica remete o pedido ao presente da U.O. que nomeia, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o júri de reapreciação da revisão.
 - a. Este é, obrigatoriamente, constituído por: 1- Presidente da Comissão Pedagógica do Departamento onde se integra o curso frequentado pelo aluno, que preside; 2- um docente da mesma área científica da U.C. cuja classificação é objeto de

- reapreciação/revisão, de categoria igual ou superior à do docente responsável pela U.C em causa. Caso o Presidente da Comissão Pedagógica do Departamento seja o docente cuja classificação é objeto de pedido de reapreciação/revisão ou caso não exista outro docente na área científica com os requisitos atrás descritos, cabe ao Presidente da U.O. nomear o júri, ouvido o Presidente do CTC e do CP da U.O.
- b. Quando necessário, pode ser designado um docente externo à instituição pra integrar o júri de reapreciação/revisão.
7. O júri nomeado dispõe de 5 (cinco) dias uteis para se pronunciar sobre o pedido de reapreciação/revisão.
- a. O júri analisará o pedido tendo por base os fundamentos apresentados pelo aluno e ouvido o docente da Unidade Curricular.
- b. O júri elabora para o efeito um relatório fundamentado sobre a decisão tomada no prazo descrito no ponto 7, que remete ao Presidente da U.O.
8. O Presidente da U.O. providenciará as diligências necessárias para eventual correção da classificação.
- a. Deverá ser dado conhecimento ao docente e ao Serviço de Gestão Académica, que por sua vez, informará o aluno.
9. Até à resposta ao pedido de reapreciação/revisão, o aluno deverá agir, relativamente a épocas de avaliação subsequentes, como se o pedido de reapreciação/revisão, não existisse. Se o resultado do pedido só for conhecido apos conhecimento de classificações subsequentes prevalece a classificação mais elevada.
10. São liminarmente rejeitados os pedidos de reapreciação/revisão não fundamentados nos termos indicados no ponto 4.1 do presente artigo ou entregues fora dos prazos estipulados.
- a. Só é possível fazer um pedido de reapreciação/revisão relativo a cada uma das provas realizadas.

Artigo 17.º

Regime de precedências

- 1- Transitam para o 2º ano os estudantes que tenham obtido aprovação a pelo menos 42 ECTS.
- 2 - A inscrição na unidade curricular de projeto ou estágio de natureza profissional implica que, em conjunto com as restantes unidades curriculares em que se inscreve nesse ano letivo corresponda, no máximo, a 53 ECTS, tendo acumulado, pelo menos, 42 ECTS.

CAPÍTULO VII

Orientação e Provas

Artigo 18.º

Definição

1 - De acordo com a alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 107/2008 de 25 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, o ciclo de estudos integra uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas respetivas normas regulamentares, a que corresponde um mínimo de 30 créditos.

2 – Entende-se por estágio de natureza profissional o trabalho final em ambiente organizacional, visando a aplicação de conhecimentos e competências adquiridas no 1º ano do curso de Mestrado em Turismo nas áreas de diagnóstico, planeamento e/ou na resolução de problemas, evidenciando um contributo relevante para a organização, planeamento, desenvolvimento de projetos e de eventos no setor do Turismo

3 – Entende-se por trabalho de projeto um trabalho primordialmente aplicado e inserido no âmbito das questões abordadas no 1º ano do curso de Mestrado de Turismo. O trabalho pode centrar-se no diagnóstico de uma situação problemática identificada, no estudo de mercados emissores ou de nichos de mercado estratégicos para as diferentes áreas de negócio por outrem ou pelo estudante, na elaboração/organização de eventos turísticos bem como a articulação harmoniosa com atividades de animação turística. Estes projetos podem ser concretizados em ambientes organizacionais ou não. O projeto é por defeito resultante de um trabalho individual, podendo admitir-se que esteja associado a um trabalho coletivo, devendo o Relatório sobre o mesmo evidenciar inequivocamente o contributo individual do estudante para esse trabalho coletivo.

Artigo 19.º

Funcionamento da Unidade Curricular de Projeto de Investigação/Estágio

1 – A Unidade Curricular de Projeto de Investigação/Estágio é objeto de regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

Artigo 20.º

Avaliação e Duração da Unidade Curricular

1 - A avaliação da Unidade Curricular de Projeto de Investigação/Estágio far-se-á a partir do Relatório de Estágio/Projeto.

2 – A duração da Unidade Curricular de Projeto de Investigação/Estágio é de um semestre devendo o estudante submeter o Relatório descrito no nº 1 do presente artigo no prazo limite de cento e vinte dias após o término das atividades letivas do 3.º semestre.

Artigo 21.º

Orientação da Projeto de Investigação/Estágio

1 — A elaboração do Projeto de Investigação/Estágio são orientadas por:

- a) Professor, designado pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Diretor de Curso;
- b) Por especialista de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico, a quem compete, também, designá-lo, sob proposta do órgão de direção e gestão.

2 — Podem, ainda, orientar ou coorientar os trabalhos referidos no n.º 1 professores e investigadores doutorados de outras instituições, bem como especialistas de mérito na área científica de Turismo de Interior, nacionais ou estrangeiros, reconhecidos como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, sob proposta do Diretor de Curso.

Artigo 22.º

Tramitação do processo

1 — O requerimento para a realização das provas, dirigido ao Presidente da ESEC, deve ser acompanhado de:

- a) 4 exemplares do trabalho final (versão provisória) em papel;
- b) 1 exemplar do trabalho final (versão provisória) em suporte digital;
- c) Parecer favorável do(s) orientador(es) (e do coorientador, quando exista);
- d) Declaração de disponibilização do trabalho final.

2 — Após a nomeação do júri, este tem até 20 dias seguidos para decidir sobre a aceitação, reformulação ou rejeição do trabalho final (versão provisória).

3 — Até 30 dias seguidos após a comunicação ao candidato, pelo Presidente da ESEC, da decisão referida no ponto anterior, aquele entrega a versão definitiva, se não tiver havido rejeição. O candidato deverá ainda proceder ao auto depósito da versão definitiva (cópia digital) no repositório institucional do IPC, alojado no Repositório Comum do RCAAP (rcaap.ipc.pt), integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto.

4 — Na formatação final do trabalho final devem ser atendidas normas disponíveis na página *web* do Gabinete de Mestrados.

Artigo 23.º

Júri

1 — O júri de apreciação do Projeto de Investigação/Estágio de estágio é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, sob proposta do Diretor de Curso, nos 20 dias seguidos posteriores à sua entrega (versão provisória) no Gabinete de Mestrados.

2 — O júri é constituído por 3 a 5 membros, devendo um destes ser o orientador. Sempre que exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.

3 — Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere o Projeto de Investigação/Estágio, nomeados de entre (nacionais ou estrangeiros) professores titulares do grau de doutor, ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

4 — O júri será presidido pelo Presidente do Conselho Técnico-científico que pode delegar esta competência num professor de uma das áreas científicas que integra o curso, da ESEC, preferencialmente titular do grau de doutor.

Artigo 24.º

Provas públicas

1 — O ato público de defesa do Projeto de Investigação/Estágio ocorre até 90 dias após a entrega da versão definitiva e só pode ter lugar com a presença de um mínimo de 3 elementos do júri, sendo obrigatória a presença do Presidente e do arguente principal.

2 — A discussão pública está a cargo de um arguente principal, ainda que nela possam intervir todos os membros do júri.

3 — A discussão pública não pode exceder 90 minutos, devendo ser proporcionado ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelo júri.

4 — Concluídas as provas, o júri reúne para apreciação e deliberação, através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.

5 — As decisões do júri são tomadas por maioria dos seus membros.

6 — Da reunião do júri é lavrada ata, da qual constam, obrigatoriamente, os votos de cada um dos seus membros e respetiva fundamentação.

7 — Em caso de empate, o Presidente do júri dispõe de voto de qualidade.

8 - Da decisão do júri não há lugar a recurso.

CAPÍTULO VIII

Classificações, títulos e diplomas

Artigo 25.º

Classificação das unidades curriculares

1 — A cada Unidade Curricular é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20.

Artigo 26.º

Titulação do grau de mestre e sua classificação final

- 1 — O grau de mestre é titulado por um Diploma/Certidão de Registo e ou por Carta de Curso, nos termos definidos pelo Instituto Politécnico de Coimbra e de acordo com o modelo (“layout”) aprovado em Conselho de Gestão do mesmo Instituto.
- 2 — Ao grau académico de mestre é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
- 3 — O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.
- 4 — A obtenção do grau de mestre exige a aprovação em todas as unidades curriculares do curso de especialização e uma classificação igual ou superior a 10 na componente Projeto de Investigação/Estágio.

Artigo 27.º

Diploma de especialização

- 1 - A aprovação em todas as unidades curriculares do curso de especialização confere o direito a um Diploma de Especialização, designado por Curso de Mestrado, com menção da classificação final obtida.
- 2 — Ao Diploma de Especialização é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.
- 3 — O modo de cálculo da classificação final do Diploma de Especialização resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o 1.º ano do curso.

Artigo 28.º

Fraudes

1. Qualquer prova de avaliação deverá realizar-se em condições que salvaguardem:
 - 1.1. A confirmação da identidade do aluno

- 1.2. A confirmação da entrega da prova e/ou do trabalho
- 1.3. A deteção da prática de fraude
2. A deteção da prática de fraude na realização de uma prova/trabalho implica:
 - 2.1. A anulação da prova/trabalho
 - 2.2. O impedimento de repetição da prova/trabalho, ou de realização de outra em sua substituição, durante o ano letivo em causa.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 29.º

Casos omissos

Às situações não contempladas no presente regulamento aplica-se o disposto no Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra e demais legislação, sendo os casos omissos decididos por despacho do Conselho Técnico Científico da ESEC ou por despacho do Presidente do IPC, ouvido o Conselho de Gestão, nos termos do artigo 27º do Regulamento indicado.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor a partir do ano letivo de 2013-14.

ANEXO I

Escola Superior de Educação de Coimbra

Grau: Mestre

Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade

QUADRO N.º 1

1º Semestre Curricular

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES	ÁREAS CORDIS
			TOTAL	CONTACTO			
Metodologia de Investigação em Turismo	CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.07.03.01.00.00.00
Planeamento e Desenvolvimento Turístico Integrado	TUR/CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.11.04.08.01.01.00

Marketing de Destinos Turísticos	TUR/CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.06.31.01.02.00.00
Turismo Acessível	TUR/CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.11.04.08.04.03.00
Gestão Ambiental Aplicada ao Turismo	TUR/CS	Semestral	168	TP-25; PL-25	6	Obrigatória	05.06.30.03.00.00.00

QUADRO N.º 2

2.º Semestre Curricular

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES	ÁREAS CORDIS
			TOTAL	CONTACTO			
Turismo e Desenvolvimento Local	CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.06.30.18.01.00.00
Turismo de Saúde e Bem-estar	TUR/CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.07.01.09.01.00.00
Turismo Cultural e Museologia	TUR/CS	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	05.11.04.03.03.02.00
Gestão de Desportos de Natureza	EF	Semestral	168	TP-25	6	Obrigatória	02.01.06.01.01
Seminários/Visitas de Trabalho	TUR/CS	Semestral	168	PL-50	6	Obrigatória	05.07.01.21.01.00.00

QUADRO N.º 3

3º Semestre Curricular

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES	ÁREAS CORDIS
			TOTAL	CONTACTO			
Projeto de Investigação/Estágio	TUR/CS	Semestral	980	OT-35	35	Obrigatória	05.07.01.21.00.00.00

T: Aulas teóricas; TP: Teórico-prática; PL: Práticas laboratoriais; OT: Orientação tutorial.